



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **0009612-93.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Coisas**  
 Requerente: **Marli Teresinha Zotesso Moretti**  
 Requerido: **Luiz Fernando Freitas Fauvel**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### VISTOS

**MARLI TERESINHA ZOTESSO MORETTI** ajuizou Ação  
**DE RESSARCIMENTO DE DANOS MORAIS** em face de **LUIZ FERNANDO FREITAS**, todos devidamente qualificados.

Alega a autora, em síntese, que participou da primeira etapa do 116º Exame de Ordem; após o reconhecimento de erro na divulgação do gabarito referente a duas questões a Comissão de Exame de Ordem determinou a releitura das provas, retificando as provas daqueles que haviam respondido corretamente; dessa forma, tendo havido tratamento desigual entre os participantes, contatou o requerido (advogado) para defender seus interesses; por meio de cautelar obteve assegurado seu direito de participar da segunda fase do Exame de Ordem, onde acredita ter obtido aprovação; ocorre que pela incúria do advogado, ora requerido, que não ajuizou a ação principal seu nome



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

não foi divulgado dentre os aprovados; pede a condenação do requerido ao ressarcimento de danos morais causados. Juntou documentos às fls. 13/41.

Devidamente citado, o requerido contestou sustentando que: 1) havia desavença profissional anterior entre ele e o esposo da autora, seu sócio; 2) que foi contratado apenas e tão somente para ingressar com a “lide cautelar”; não sendo procurado na sequencia para ingressar com a ação principal deixou de fazê-lo; 3) aludida ação foi elaborada a quatro mãos, com intensa participação do marido da cliente-candidata; 4) que autuou de forma diligente interpondo o recurso cabível e acompanhado a lide cautelar até o seu final, tendo inclusive, êxito na obtenção da liminar; 5) não existe relação de causa-efeito, quanto aos alegados danos e a conduta profissional do advogado; 6) a autora não demonstrou sequer, a existência do alegado dano moral. No mais, requer o acolhimento da prejudicial de prescrição, ou a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 222/241.

Pelo despacho de fls. 246 foi determinada a produção de provas. O Réu demonstrou desinteresse e requereu o julgamento antecipado da lide; o autor não se manifestou.

Pelo despacho de fls. 255 foi declarada encerrada a instrução. A autora apresentou memoriais à fls. 265/274 e o Réu a fls. 258/263.

**Eis o relatório.**

**DECIDO.**

A prescrição sustentada a fls. 46 não quadra na espécie.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

Trata-se de ação motivada pelo pretenso inadimplemento de mandato (serviços advocatícios).

A lei aplicável ao caso é o Código Civil e este, mais especificamente seu artigo 205, prevê o prazo prescricional de dez (10) anos.

Não vislumbro uma “relação de consumo” propriamente dita nos serviços prestados por advogados já que há norma específica que os disciplina (Lei 8.906/94).

A respeito cf. R. Esp. 757.867/RS.

Nessa linha de pensamento a prescrição para haver danos decorrentes do serviço advocatício ocorre em 20 anos (na vigência do Código civil de 1916) ou **10 anos** (art. 205 do Código Civil de 2002).

Nesse sentido, STJ, 3ª Turma, REsp 645.662, Rel. Min. Gomes de Barros, j. em 28/06/2007.

E o “dies a quo” é o trânsito em julgado do provimento jurisdicional resultante do erro profissional apontado.

Como entre esse “marco” e o ajuizamento não se completaram dois anos, fica rechaçado o pedido de fls. 07/08.

\*\*\*\*

No mérito, tenho que a súplica não merece acolhida.

O requerido foi **contratado especificamente para**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

**“ajuizamento de medida cautelar Inominada contra a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de São Paulo”** e ingressou com a ação 2003.61.15.000117.6 perante a 1ª Vara Federal local.

Obteve liminar e com tal provimento jurisdicional a autora/cliente teve assegurada a participação na 2ª fase do 119º Exame de Ordem, marcado para 26/01/2003, com todos os direitos daí decorrentes.

Nesses “direitos” obviamente se incluía a correção da prova e não há nos autos demonstração da circunstância sustentada pela autora a fls. 227, penúltimo parágrafo!!!

Temos apenas uma mensagem relatando a inexistência de aprovados com o nome da autora (fls. 63).

Também não há nos autos prova sobre a data em que teria ocorrido tal correção.

E essa omissão inviabiliza a análise da eficácia do requerimento firmado pela própria autora, cuja cópia segue a fls. 58/59, tudo levando a crer que a resposta dada a fls. 63 significou/revelou a reprovação (prova corrigida sem o êxito esperado).

Nessa linha de pensamento o requerido cumpriu o mister para o qual foi contratado e chegou a recorrer contra o provimento jurisdicional de extinção sustentando, juridicamente, que **se tratava de cautelar satisfativa** e, portanto, desnecessário o ajuizamento da dita “lide principal”.

Tal posicionamento, me parece claramente defensável, e somente foi afastado pela Instância Superior por divergência jurídica.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

E essa circunstância – eventual erro na interpretação jurídica – não serve para, isoladamente, responsabilizar civilmente o advogado.

“A responsabilidade civil do causídico contratado para pleitear direitos em nome do contratante deve ser analisada à luz dos artigos 927 da Lei Substantiva e 32 do Estatuto de Advocacia, que pressupõe a prática de ato doloso ou culposo no exercício profissional” (Apelação com Revisão 0002860-14 – 2013 – TJSP).

O requerido recebeu uma missão específica que cumpriu. Não há nos autos prova de que a autora dele esperava o ajuizamento da demanda dita “principal”. E o mandato já referido indica nesse sentido.

Por fim, não há como saber se a prova da autora foi avaliada e, mais, se na hipótese positiva ocorreu a aprovação.

Destarte, inviável reconhecer que teve ela evidenciada a "perda de uma chance"..

Referida teoria aplica-se quando o dano é real, atual e certo, dentro de um Juízo de probabilidade e não mera possibilidade.

Ocorre que no caso, tudo indica pela reprovação da autora....

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

\*\*\*\*

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

Sucumbente, arcará a autora com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa, observando-se o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 01 de outubro de 2013.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
**Juiz de Direito**